

INVESTIGAÇÃO SOBRE DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES RURAIS E RIBEIRINHAS: O ESTADO DA ARTE

Eva da Silva ALVES¹

Pós-doutoranda em Educação – Universidade Federal de Rondônia/UNIR – email:

evaalvesgm@yahoo.com

Recebido em 16-01-2024 Aprovado em 16-02-2024

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado do estado da arte realizado durante a pesquisa de doutorado em Educação, conduzida na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), *dinter* com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR). A macro pesquisa do doutorado teve como foco investigar a oferta de educação escolar para os alunos das escolas do distrito de São Carlos, em Porto Velho (RO). Nosso foco é a investigação dos desafios enfrentados pelos alunos de duas escolas localizadas na comunidade de São Carlos, localizada no referido distrito. Para a realização da pesquisa, foram delineadas várias etapas: etnográfica, documental, bibliográfica. Esta última culminando no estado da arte. Ao apresentar os resultados do estudo, almeja-se proporcionar uma visão abrangente do estado atual das pesquisas sobre a oferta de educação escolar em comunidades rurais e ribeirinhas, sob a ótica da Educação do Campo e as lacunas, que podem servir como ponto de partida para outros pesquisadores. Dessa forma, espera-se contribuir para o avanço das pesquisas nesse campo temático.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Estado da Arte. Comunidades rurais e rurais ribeirinhas.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a educação escolar em escolas situadas em comunidades rurais e ribeirinhas se justifica pela necessidade de investigar se, na prática, as políticas públicas educacionais para as populações do campo são implementadas com êxito, ou se parte do que está previsto nas diretrizes, leis e decretos fica restrito apenas como uma forma de demonstrar que o poder público está direcionando sua atenção para garantir a essas populações o acesso aos seus direitos constitucionais, dentre eles a educação no local onde residem. Assim, este texto demonstra a busca por outros estudos, resultantes de pesquisas *stricto sensu* que compartilham do mesmo interesse ou algo semelhante.

Nosso objetivo aqui é apresentar o resultado do estado da arte realizado durante a pesquisa de doutorado em Educação, conduzida na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em parceria com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR). A macro pesquisa do

¹ Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) *Dinter* com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazônicos (Gepiaa). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas (GEIFA), ambos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Membro do Grupo de Pesquisa Desafios Socioambientais, Saberes e Práticas na Amazônia da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). E-mail: evaalvesgm@yahoo.com.

doutorado teve como foco investigar a oferta de educação escolar para os alunos das escolas do distrito de São Carlos, em Porto Velho (RO). Concentramo-nos na análise dos desafios enfrentados pelos alunos de duas escolas localizadas na comunidade de São Carlos, situada no mencionado distrito.

A realização do estado da arte requer organização e definição de etapas da pesquisa. Antes de tudo, estabelecem-se os elementos essenciais da proposta de projeto de pesquisa: tema, objetivos, problemas, hipóteses, *locus*... Essas escolhas são inegociáveis para a pesquisa, visto que sem essas definições o pesquisador pode se perder no mar de textos publicados sobre temas aproximados aos seus, e isso é prejudicial tanto à finalização da pesquisa em tempo hábil, quanto para um bom achado de pesquisa.

Após definidos esses elementos, cria-se um rol dos chamados descritores, ou seja, as palavras-chave que circundam o campo semântico sobre o tema e sobre o objeto de pesquisa... Isso levará o pesquisador aos textos que estão mais afinados e próximos à sua discussão. Assim, ao encontrar os textos, fazer a leitura e a filtragem será de grande valia para sua pesquisa. Inclusive para saber quais caminhos teóricos e metodológicos esses pesquisadores tomaram e quais resultados alcançaram, bem como quais são as lacunas encontradas ou deixadas. De fato, a lacuna que residual em uma pesquisa é normal, visto que não se pode resolver tudo em uma única pesquisa; nisso devemos considerar o tempo de pesquisa e o próprio interesse do pesquisador e do programa ao qual está vinculado.

Durante a etapa de produção do estado da arte, foram realizadas buscas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essa etapa da pesquisa foi crucial para a identificação do estado da arte, possibilitando a leitura de um vasto referencial bibliográfico sobre o tema, neste caso, a educação em espaços rurais ribeirinhos. Na referida busca foram priorizados os estudos que dão ênfase à Educação do Campo, em comunidades rurais ribeirinhas.

OS CAMINHOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Na etapa de revisão de literatura, fez-se um passo a passo alguns critérios a fim de alcançar, dentre os textos lidos e analisados, uma lacuna: não nos interessa, na condição de pesquisadores, repetir frases de efeito, sem acrescentar nada que estabeleça novo sentido, algo que precise ser escrito e lido. Para Freitas (2002), “[...] viver a tese é preciso, e dela faz parte a revisão de literatura, essa etapa não garante a produção de um bom texto, mas é impossível

um bom trabalho sem uma bibliografia” (Freitas, 2002, p. 90). O autor refere à tese, mas esses caminhos não são dispensáveis para nenhum pesquisador.

Nesse processo, fez-se a aquisição de diversas obras, pois, ao contrário do que se pode pensar, nem tudo está disponível na Internet, e quando está, pode custar muito caro. Por isso, é preciso estar preparado para gastar. A compra de livros, seja físico, seja *e-book*, deu-se, principalmente, a partir da apresentação dos teóricos durante os seminários de teses, bem como, durante a revisão de literatura nos bancos de teses e dissertação. É importante esperar por essas etapas para não gastar em obras que não terão utilidade para o estudo em questão.

A revisão de literatura se deu após a definição do tema, do problema, da tese e dos objetivos da pesquisa. Para alguns pesquisadores, essa etapa vem primeiro, embora isso não seja uma regra, porque “Um problema quase sempre advém de experiências de campo”, conforme ressalta Echer (2001, p. 8), e esse é o nosso caso. A partir daí, a revisão de literatura se tornou bem mais pontual.

Nesse contexto, tive o privilégio de ter a minha orientadora como professora do seminário doutoral intitulado “Fundamentos e tópicos de pesquisa em educação”, quando elaborei uma tabela de revisão de literatura. A referida tabela é necessária e, somente é possível ser elaborada diante de uma vasta pesquisa nos bancos de dissertações e teses, fato que possibilitará a ciência daquilo que já foi dito ou não, acerca do tema proposto.

Nesse caso, além da busca em periódicos da Capes, buscamos em diferentes programas de educação existentes no Brasil por publicações realizadas nos últimos dez anos: 2010 a 2020. Vale ressaltar que, embora, essa primeira busca se restrinja até o ano de 2020 na referida tabela, outros textos foram adicionados à nossa leitura nos anos seguintes.

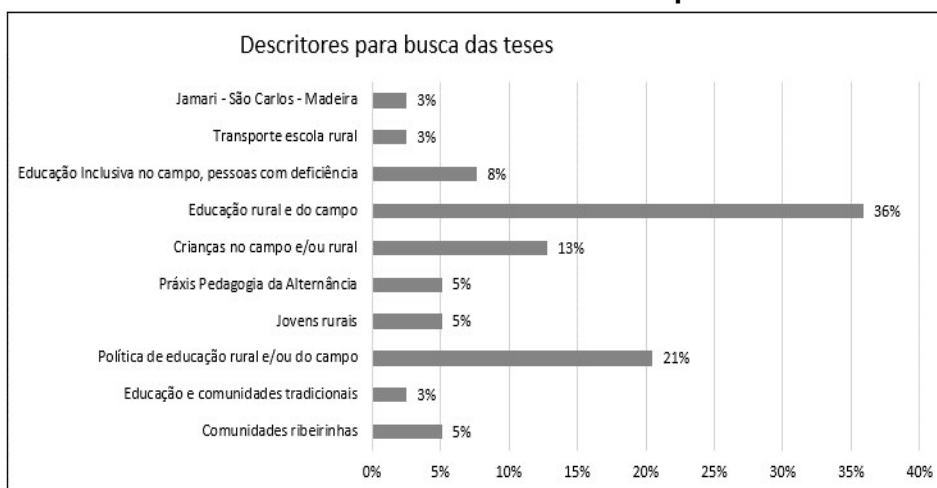
A busca se deu em duas etapas: na primeira, selecionamos as palavras-chave e/ou descritores, priorizando as teses. O banco de teses e dissertações da Capes nos sugere uma infinidade de textos dos mais diversos programas de mestrado e doutorado, por isso, foi necessário refinar a pesquisa a fim de melhor aproveitamento do estudo realizado.

Utilizamos as palavras-chave ou descritores², sendo obtidas aproximadamente duzentas pesquisas. Fizemos novo refinamento para definir os textos que seriam lidos, e os selecionados para leitura foram definidos a partir dos seguintes critérios de refinamento: locus, tema, sujeitos, abordagens metodológicas, técnicas, instrumentos e teóricos.

² Vale ressaltar que para a melhor apresentação do gráfico não foram incluídos os descritores para os quais não foram encontrados textos.

Escolhemos os textos consoante o contexto da pesquisa aqui apresentada. Assim, obtivemos um total de 38 textos, conforme o Gráfico 1, de resultados, apresentado a seguir:

Gráfico 1 – Descritores: critérios de refinamento para busca das teses



Fonte: elaborado pela autora (2020)

A prioridade de leitura considerou os seguintes motivos: i) textos que tiveram como *locus* de pesquisa a comunidade amazônica/ribeirinha; ii) o tema de pesquisa estar circunscrito aos processos educativos, à prática educativa e aos contextos educacionais rurais ribeirinhos; iii) os sujeitos participantes da pesquisa tenham sido alunos, pais e professores; iv) que utilizaram para a investigação e coleta de dados a pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica; observação, fotografia etc.; e v) que tiveram como base teórica-metodológica Arroyo (1991, 2006, 2011, 2014, 2021), Caldart (2011), Hall (2006), Diegues (1999), Geertz (2017), Stake (2011), e Gil (2008).

EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES EM OUTROS TEXTOS

A partir desses e de outros descritores que tratam de educação, não encontramos textos de tese para o *locus* de pesquisa São Carlos, mas, sim, uma dissertação de mestrado, escrita por Diógenes Valdanha, intitulada *Os filhos do Lago do Cuniã: educação escolar em uma reserva extrativista da Amazônia*.

O texto, publicado em 2014, apresenta duas questões norteadoras da pesquisa, dentre outras: a escola que temos e a escola que queremos. A partir disso, constatou-se que a escola na reserva extrativista, principalmente, no que se refere à infraestrutura, está aquém daquilo

que se espera. O modelo de alternância adotado, também, não contempla as necessidades dos alunos.

A pergunta que se fez recorrentemente nos textos encontrados sobre educação do campo, foi: quais são os interesses econômicos nefastos e as relações de poder que alimentam os ciclos de políticas públicas pensadas para não atender com qualidade as populações do campo?

A seguir, apresentamos as reflexões derivadas dos achados durante a busca realizada. Optamos por não apresentar separadamente uma tabela, como é comum, contendo o nome dos autores, o título do trabalho e outras informações semelhantes, visando uma economia textual e para evitar repetições. No entanto, essas informações não foram omitidas, conforme pode ser verificado abaixo.

No estudo desenvolvido por Victor Hugo Junqueira, *Políticas de educação rural no Estado de São Paulo (1889–1994): disputas e conflitos de classe pela hegemonia no bloco no poder*, publicado em 2018, sobre a educação rural no estado de São Paulo, especialmente, naquele período no qual essa discussão se acendeu com mais intensidade, demonstra que as políticas estatais desse estado reproduzem os interesses do estado burguês.

Trata-se da perfeita expressão da ideologia do capital dominante, que percebe o campo como um fator a ser conquistado, utilizando-se da educação como um instrumento de cooptação dessas camadas populares. Nesse sentido, há uma ideologia nociva nas políticas públicas voltadas à educação no campo. A pergunta que fica é: essa situação mudou?

Corroborando com esse pensamento, a pesquisadora Elianeide Nascimento Lima, que em texto publicado em 2014, intitulado *Políticas públicas para a educação do campo no estado de São Paulo: impactos, repercussões, contradições e perspectivas*, conclui-se que as políticas públicas são do Estado e representam os interesses de determinado grupo político que se apossou do aparelho estatal.

Além disso, a autora afirma que as políticas públicas são de Estado no sentido de que representam, minimamente, os anseios da população. Afirma, também, que essas políticas não são públicas no sentido correto do termo, posto que, reproduzem um modo neoliberal de ação, cuja finalidade está em gritante contradição com os anseios populares, ou seja, as políticas públicas para a educação não são políticas públicas.

Mônica Moretti (2017) enfatiza em sua tese, intitulada *O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil*, a partir da análise dos discursos políticos assumidos pelo Banco Mundial, que este está irmanado com a proposta neoliberal de ação

política. Isso significa dizer que, esta instituição, que tantas interferências produz em nosso país, embora reproduzindo um discurso popular, “atento” aos anseios do campo, também é caridosa para com os anseios neoliberais que pretendem transformar o campo em um celeiro industrial.

Tal dicotomia representa uma prática velada de assimilação clínica das propostas de educação no campo, apenas, como meio midiático, posto que em sua prática concreta, o Banco Mundial age de modo a facilitar os mecanismos políticos de avanço neoliberal no campo.

Nessa perspectiva, Eliene Novaes Rocha escreveu em 2013, em seu texto denominado *Das práticas educativas às políticas públicas: tramas e artimanhas pela educação do campo*, que existem tramas e artimanhas entre o Estado e a sociedade civil e vice-versa, e que, do entrosamento entre eles, nascem políticas públicas, por um lado, fiéis ao público, e por outro, fiéis ao Estado.

Os movimentos do campo agem de fora do Estado, obrigando-o a agir para garantir os direitos dos sujeitos do campo. Por outro lado, o Estado, sendo representação dos interesses neoliberais, age de forma a transformar suas ações no campo em meros gestos compensatórios, de modo que tais ações se enfraquecem durante os tempos e se extinguem.

Kátia Aparecida Segnfredo (2014), em sua tese *Comitê estadual da educação do campo: a materialização da luta política no âmbito da educação do campo no Paraná*, servindo-se da teoria gramsciana da relação entre Estado e sociedade civil organizada, conclui que os frutos advindos dessa relação são positivos, posto que, são contra-hegemônicos, e são, realmente, resultados dos anseios populares do campo.

Organizar a sociedade civil e construir ou estabelecer meios sociais de luta política, movimentos sociais, sindicatos, comitês etc. para, de certa forma, dirigir o Estado aos assuntos de primordial importância aos sujeitos do campo. É um meio que vem se mostrando efetivo; sobretudo no que concerne à educação no campo no estado do Paraná, ainda que em outras localidades não se dê da mesma forma.

Na tese *Direito é luta: o legado do Pronera para uma educação socialmente referenciada* discute-se o direito à educação superior para as populações que residem no campo. Maria Cláudia Zaratini (2019) trabalhou com o método histórico-dialético por tê-lo como o mais apropriado para compreender as realidades concretas. A autora conclui que o acesso à educação se materializou, demonstrando a eficácia da política pública denominada

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), criada em 1988, por pressão dos movimentos sociais do campo.

Em relação ao Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), Damiana de Matos Costa França escreveu em sua tese *Políticas públicas de educação para a população do campo: uma análise do Pronacampo a partir da abordagem cognitiva*, que o Pronacampo é resultado de forças políticas que se moviam no espaço/tempo em que ele foi construído. Até aí, nada de novo. Todas as políticas são frutos de relações de forças que convergem para um determinado fim.

No caso do Pronacampo, essas forças que convergiram para sua elaboração eram forças antagônicas, posto que refletiam, de um lado, os anseios dos sujeitos do campo, que reivindicavam uma ação política que levasse educação ao campo e, de outro; refletiam os interesses dos grupos econômicos neoliberais que despontavam na cena política de então. Resultado disso: o Pronacampo é um exemplo de política pública, no qual os interesses sociais antagônicos foram cristalizados em lei. De um lado, a preocupação com a educação no campo, do outro lado, a preocupação com os negócios no campo. Como conciliar? Quem cede?

Em sua tese, denominada *Os limites das políticas públicas/estatais para o campo e a possibilidade de uma superação*, a pesquisadora Mirian Helena Goldschmidt (2016) conclui que, é necessário definir e demarcar espaços políticos e espaços geográficos; tomando o conceito marxiano de totalidade para reafirmar o tecido social como um todo, unido, portanto, a dicotomia entre o urbano e o rural, embora compreensiva, é fantasiosa e essencialmente problemática, posto que não retrata a sociedade conjuntamente, mas apartada.

Disso, resulta que, as políticas públicas voltadas à educação no campo nunca serão políticas públicas no sentido *lato* do termo. O Estado, subliminarmente, ao produzir uma política própria para o campo, acaba discriminando-o, posto que o campo não estaria incluído na totalidade, necessariamente, nem os alunos do campo estariam inseridos em uma educação geral. Isso é um problema.

Referente a trabalho e educação no campo, Patrícia Correia de Paula Marcoccia escreveu, em 2015, a tese *Trabalho e desafios à educação do campo na região metropolitana de Curitiba*. A pesquisadora concluiu que para pensar essa educação é necessário vinculá-la às reflexões e análises do trabalho no campo. Esse é um produto das políticas econômicas adotadas por determinados governos e estão, a educação e o trabalho no campo, condicionados à agenda política de determinados grupos econômicos, ocasionando complexos

problemas nesse tipo de trabalho.

Como trabalho e educação no campo estão imbricados, os problemas desse trabalho coadunam-se com os problemas da educação no campo. Logo, lutar por uma educação no campo é o mesmo que lutar por um trabalho digno e não alienado.

No que se refere às questões epistêmico-historiográficas sobre a educação do campo no Brasil, Natamias Lopes de Lima (2017) apresenta a situação axiomática desse tema. Segundo o autor, as pesquisas realizadas em programas de pós-graduação, em educação no campo, no Brasil, são múltiplas em suas abordagens metodológicas, epistemológicas, e essa pluralidade é resultante de ideologias próprias, de visões de mundo construídas no processo de formação, leituras várias etc.

O autor ainda lembra que, embora não seja um campo de pesquisa valorizado, as pesquisas acerca disso abundam em teses doutorais, e a perspectiva do materialismo histórico e dialético tem primazia nas abordagens desse tema. Os contextos híbridos, rios, matas e cultura levantam questionamentos que precisam ser refletidos em relação às duas grandes problemáticas que constituem uma educação inclusiva nas escolas do campo.

Mais do que indicar soluções, Luís Sérgio Castro de Almeida, em sua tese *Educação inclusiva no campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo, no Amazonas*, questiona e ressalta que esforços devem ser direcionados para a devida equação do problema das pessoas com deficiência nas escolas do campo.

O aluno deficiente é um sujeito cuja cultura e saberes são condicionados por um viver característico, singular. A falta de comunicação entre os aspectos culturais desse aluno e sua necessária atenção especial acaba lançando-o em um limbo onde ele figura como um ser duplamente negado, tanto em sua cultura quanto em sua especialidade.

O autor da pesquisa intitulada *Educação especial e educação do campo: entre porteiras marginais e fronteiras*, Washington Cesar Shoit Nozu, publicada em 2017, ressalta que a relação entre educação inclusiva e educação do campo necessita de uma construção séria, posto que, há hibridização entre ambas, ou da ambivalência entre elas nascem novos conflitos ao invés de soluções.

Há uma grande lacuna na interface entre educação especial e educação no campo, posto que, por ser um tema ignorado e/ou invisibilizado; conforme apresentado no texto publicado em 2019, por Daniele Lozano, autora da tese *A interface entre educação especial e educação do campo em uma escola municipal do interior paulista: um estudo de caso*. Tal relação não se concretiza na prática; gerando problemáticas nas quais os professores e a

direção escolar não conseguem agir efetivamente, não conseguindo gerar frutos e nem fortalecer a relação entre os aspectos do campo e a inclusão educacional.

A escola do campo se constitui como um dos elementos essenciais para a não fragmentação das identidades dessas populações rurais. Sobre essa questão, ao analisar os motivos para o êxodo rural na região de Santa Catarina, De Paula (2017), em sua tese, identificou que “[...] a Escola urbana/do campo poderia contribuir para o enfraquecimento da identidade camponesa”.

O autor analisou a situação de uma região não ribeirinha, no entanto, nota-se a necessidade da oferta de uma educação escolar de qualidade para esse grupo. A pesquisa se deu, a partir do método histórico, com técnicas da pesquisa quali-quantitativa, que resultaram em um estudo de caso.

Ao recorrer à história da educação do campo, do período de 1500 ao fim do Império, em 1889; o autor ressalta que a desigualdade social ou a má distribuição de terras tem raízes nesse passado marcado pelo latifúndio, pela escravidão, pelo modelo *plantation* agroexportador e pela inexistência, nesse período, de uma educação voltada à população do campo.

Joana D’arc Neves (2014), na tese *Juventude e inclusão: representações sociais sobre a condição juvenil no campo*, investigou os processos de construção das representações sociais dos jovens egressos do programa Saberes da Terra e ProJovem Campo. Os resultados revelaram mudanças nas representações dos jovens sobre sua condição juvenil do campo, a partir da reconstrução do seu afeto positivo com a terra e com a ressignificação da agricultura familiar.

O pesquisador Marinaldo Fernando de Souza (2016) analisa a forma e a produção de experiências educacionais alternativas no meio rural, em sua tese *Além da escola: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos-SP*.

Ele conclui que, dadas as particularidades dos espaços onde tais experiências se deram, e dado o momento histórico que se vive hoje, novos paradigmas educacionais estão sendo produzidos a partir de experiências orgânicas que apresentam tendências novas à educação ‘oficial’ e apontam novos rumos à educação rural.

O autor constata que temas e abordagens pedagógicas foram elaboradas conforme o meio em que seriam empregadas, em consonância com uma agenda educacional atenta às particularidades dos sujeitos que vivem em espaços rurais.

O texto *Da educação rural à educação do campo no Amazonas: rupturas e permanências*, produzido por Maria Trindade dos Santos Tavares, em 2018, trata da educação do campo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental para “analisar o processo histórico deste movimento dialético, como explicitação da luta dos povos do campo”.

A autora tomou como base, os dados estatísticos de documentos, como, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNDA), Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (Pnera), Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (Pronera) e revisão bibliográfica no banco de Teses da Capes, em textos publicados entre os anos de 2008 e 2015. O estudo evidenciou a ocorrência dos processos de desigualdades decorrentes das formas de acesso à terra e aos serviços sociais.

Maria Eliane Vasconcelos (2017), em *Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas* analisou a “Construção da História da Educação do Campo no Amazonas a partir das experiências de participação de sujeitos coletivos: [...] Incra/Pronera/AM, UFAM, UEA, IFAM, CPT/AM, Fetagri/AM, Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos e Semed/Manaus”.

O estudo se constituiu uma pesquisa qualitativa, com métodos próprios da história oral temática e de fontes documentais. A autora evidenciou que a educação do campo dialoga com as territorialidades das águas, das terras e das florestas e com a diversidade do mundo do trabalho, articulada ao protagonismo de sujeitos coletivos do campo que vêm aprofundando o debate dessa educação.

Em *Pronera em Roraima: para além da regulação social*, Jedson Machado Ximenes (2016) apresenta uma análise crítica da história, a partir da atuação do Pronera em Roraima. Para tanto, o autor utilizou o método dialético, de Gramsci, documentos primários, e entrevistas com pessoas que atuaram no Pronera, bem como, em outros projetos. Os resultados da pesquisa demonstram que o referido programa constitui apenas mais um programa de regulamentação social, servindo como ‘maquiagem’ para esconder os reais interesses da ideologia dominante.

Iracema Munarim (2014), no texto denominado *As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades* apresentam reflexões sobre o papel das tecnologias digitais nas escolas do campo. A pesquisa leva à conclusão de que são necessárias análises referentes à implementação e o papel das tecnologias digitais nas escolas do campo, problematizando as finalidades pelas quais são instituídas tais tecnologias: se com o fito de diminuir a problemática da falta de meios de adquirir conhecimentos ou se com o fito de

introduzir os alunos do campo nas redes, potencializando sua postura diante do mundo, interagindo e transformando o seu agir a partir do acesso às redes.

Rosana Aparecida da Cruz Paula (2018), em sua tese *Educação e contradição: disputas político-pedagógicas em torno da escola pública do campo*, descreveu as contradições na educação, dando ênfase às disputas político-pedagógicas. A autora conclui a pesquisa com a afirmativa de que a escola pública do campo é eivada de contradições e, consequentemente, de disputas internas.

A partir do método do materialismo dialético, a autora defende que há duas correntes político-pedagógicas que lutam entre si pelo espaço da escola pública: uma, voltada à formação humana e integral do homem do campo e a outra, voltada às exigências ideológicas do capitalismo, que enxerga a escola pública do campo como um obstáculo a ser superado, dando espaço às iniciativas privadas e favorecendo empresários.

O estudo de Ana Claudia da Silva Pereira (2018), denominado *Custo-aluno-qualidade para escolas do campo da Amazônia tocantina direito ao acesso e permanência com padrão*, trata sobre o custo de cada aluno. A investigação foi realizada em quatro escolas do campo, sendo elas: quilombola, de assentamento rural, de comunidade rural e ribeirinha, pertencentes aos municípios de Abaetetuba, Acará, Cametá e Mocajuba; todos do território do baixo Tocantins.

Segundo a autora, dado o fato de o Brasil ser continentalmente gigante, as localidades, as comunidades ribeirinhas, quilombolas e tradicionais acabam sendo pensadas de forma homogênea, excluindo as heterogeneidades específicas de suas territorialidades e culturalidades. Sem estas é impossível implementar políticas públicas voltadas à educação, posto que, sem elas, será sempre um serviço deficitário, como mostram os dados do CAQCampo apresentados na pesquisa. Tal deficiência na disposição de insumos, serviços e recursos apenas intensifica a desigualdade reinante no país.

Antônio Clésio Acilino (2010) escreveu a tese intitulada *Por uma educação do campo: um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil*. Ele defende que o movimento, por uma educação no campo, é a representação de uma ação-reflexão que transforma o tecido social e educacional do campo brasileiro.

Segundo o autor, nessa perspectiva, amalgamando política, pedagogia e trabalho, os movimentos sociais do campo são expressões das contradições da sociedade capitalista brasileira. São resultantes de demandas populares para a educação, mas são, também, movimentos educativos, posto que, estão eivados de conteúdos e formas próprias.

A pesquisa realizada por Rosilene de Lima Calegari (2016), intitulada *Carneiro Leão e a educação rural brasileira: um projeto cultural, político e modernizador (1909–1963)*, apresenta uma análise da educação rural. O recorte do estudo dá ênfase às relações da educação rural com o processo de modernização social.

A autora toma como base os estudos de Antônio Arruda Carneiro Leão (1887–1966), ressaltando que, apesar da exagerada ênfase dada à industrialização do país, no período da Primeira República, e, conseqüentemente, no foco urbanístico; dado à educação de então, o pensador pernambucano produziu um pensamento educacional que interligava, em um só projeto de desenvolvimento, as educações urbana e rural.

Antônio Arruda apresentou uma proposta de educação que abarcava o Brasil integralmente, munindo-se da sociologia e de perspectivas educativas, o pensador contribuiu com um projeto de educação rural para o País.

Fabiano de Moura Goulart (2017), na tese “Educação e desenvolvimento rural: desafios e perspectivas para a educação em Minas Gerais, 2008–2015”, propôs-se a analisar as políticas públicas de educação do campo no Brasil e, de modo específico, em Minas Gerais. Para tanto, utilizou como objeto de estudo o *ProJovem Campo – Saberes da Terra, Saberes de Minas, no recorte temporal 2008–2015*, a partir de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental.

Como resultado, o autor ressalta que o ProJovem atua como política de governo e não contempla os objetivos propostos, mostrando-se superficial, principalmente, nos aspectos socioeducacionais.

A luta pela educação ocorre com interesses distintos: de um lado, os movimentos sociais representando o camponês, o ribeirinho, o remanescente quilombola. Do outro lado, o Estado preocupado em manter as distâncias entre acesso e qualidade de acesso e de ensino.

O pesquisador Rafael Rossi (2015), em seu texto *Educação popular e educação do campo: análise a partir do programa nacional de educação da reforma agrária no curso pedagogia da terra em São Carlos*, trata do necessário investimento em processos educacionais revolucionários; que se servindo dos saberes “elaborados” e dos saberes populares, do campo, produzam uma educação atenta aos conflitos agrários, ao papel do Estado na manutenção das desigualdades e na força do capitalismo como elemento de desintegração territorial; portanto, uma educação para suplantiar o modo de produção capitalista.

A tese defendida por Ana Maria Raiol (2019), denominada *A experiência educativa da casa familiar rural de Gurupá/PA*, demonstra a experiência educativa mediada pela pedagogia da alternância na casa familiar rural no Pará. A partir de um estudo feito a partir do método histórico-dialético, com entrevistas semiestruturadas, a autora constatou a tese de que a experiência educativa “é pautada na educação do homem do campo na perspectiva da formação humana integral”.

Os estudos sobre infância e educação do/no campo, de acordo com pesquisadora Franciele Clara Peloso (2015) na tese *Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais*, devem identificar, apresentar e valorizar a pluralidade de infâncias presentes no campo, possibilitando que a educação seja pensada a partir dessas crianças e não mais por um paradigma desconectado com a realidade do campo.

A pesquisadora concluiu seu estudo, com a afirmação das diversas infâncias do/no campo a partir do levantamento dessas infâncias, orientada pelos documentos que tratam da educação básica no campo. Como tais documentos oferecem uma imagem conceitual da infância, são, portanto, um paradigma, cujo correlato é a infância urbana, europeia e branca. A pesquisadora conclui pela valorização das várias infâncias invisibilizadas em seus direitos, posto que dessemelhantes do paradigma estabelecido.

Para Ana Corina Machado, em seu texto publicado em 2016, intitulado *Tensões e contradições do processo de construção das diretrizes para a política pública de educação infantil do campo*, há um movimento internacional, globalizado, neoliberal. Nesse sentido, os ditames da educação são pensados de cima para baixo, internacionalmente, e determinados às nações.

A educação infantil no campo seria a resultante do processo de preparação dos sujeitos do campo, nesse caso, as crianças, para adentrarem no mundo neoliberal, no agronegócio; para serem mão de obra barata, ou seja, as diretrizes das políticas públicas para a educação no campo respondem aos interesses de um capitalismo internacional, globalista. Nesse sentido, o Estado é ator mobilizador de forças neoliberais que marcham ao campo por meio da educação infantil.

O que você descobriu sobre a gente? A escola de Educação Infantil do campo a partir do olhar das crianças. Esse é o título da tese de Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda (2013), na qual, a autora conclui haver múltiplos olhares por parte das crianças em relação à escola do campo. Algumas dessas perspectivas apontam para a reprodução de discursos ideológicos que

apresentam a escola como o local onde a criança alcançará autonomia social e ascensão financeira.

Para além dessa, a outra perspectiva apresentada pela autora diz respeito à escola como espaço de divertimento, distração, ludicidade. Talvez, reflexo da precoce iniciação no laborar do campo, as crianças pensam a escola como um espaço onde o trabalho não lhes é exigido, onde, o brincar e o socializar com outras crianças é a lei determinante.

A pesquisadora Denise Rangel Miranda (2016) desenvolveu sua tese a partir de uma pesquisa qualitativa, intitulada *Educação infantil em contextos rurais: perspectivas presentes na produção acadêmica da última década (2000–2010)*. Nela, a autora ressalta que nas últimas décadas, as investigações referentes à educação do campo se debruçaram sobre as perspectivas das crianças como agentes sociais, possuidores de direitos, portanto, sujeitos da ação política não na condição de indivíduos, mas “categoria social”.

Ao analisar a história do ensino primário nas zonas rurais, a pesquisadora Virgínia Pereira da Silva de Avila (2013), na tese *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921–1952) – uma abordagem comparada*, conclui que o processo de escolarização no campo efetivou um grande trabalho na oferta do ensino básico aos moradores rurais. Mesmo sendo tal oferta precarizada pela falta de investimentos estatais, a ação de ensino primário no campo levou o ensino básico a diversas regiões rurais do país.

Quanto ao transporte escolar rural, temos a pesquisa desenvolvida por Calinca Jordania Pergher, intitulada *Política de transporte escolar rural no Rio Grande do Sul: configuração de competências e de relações (inter)governamentais na oferta e no financiamento*. A pesquisadora conclui sua investigação, apontando para o deficitário processo inter-relacional, que ocorre entre os entes federal, estadual e municipal na oferta e financiamento do transporte escolar rural.

Tal déficit é reflexo da desproporcional e centralizada distribuição de recursos, ficando a União e o Estado com uma soma de recursos maior, fazendo com que o município, dado os poucos recursos recebidos, dependa integralmente de recursos repassados pelos outros entes; fragilizando a oferta de políticas públicas que saneiem os problemas basilares do transporte escolar rural. O município, que deveria ter capacidade financeira para gerir suas competências, acaba restringindo sua ação por depender do Estado, por exemplo.

Na discussão sobre currículos, destacamos a tese desenvolvida por Maria Aparecida Nascimento da Silva, em 2015, cujo título é *Currículo da escola ribeirinha na Amazônia e a produção da identidade cultural dos docentes e alunos das classes multisseriadas do ensino*

fundamental.

Conforme a autora, apesar de o currículo escolar ter uma pretensão global, homogênea, servindo-se de parâmetro para todas as escolas, nos mais diversos contextos, o “jogo” cotidiano dos professores e alunos, servindo-se de suas particularidades culturais, é capaz de preencher o currículo com elementos próprios da cosmovisão ribeirinha; produzindo um currículo que respeite as múltiplas identidades que se movem nas regiões amazônicas, que não apresenta uma única identidade fixa, mas uma miríade de identidades.

Diógenes Valdanha Neto (2019) teve, também, como *lócus* de pesquisa a comunidade de São Carlos, contudo, seu objeto de estudo não foi a educação escolarizada e sim, processos de aprendizagem social. A tese se intitula *Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre*.

O pesquisador conclui que as relações educacionais em São Carlos devem ser pensadas conjuntamente, em proximidade com outros atores sociais, uma vez que os desastres pelos quais a comunidade passou, acabou colocando-a em frágil relação com o poder público. Ele defende, portanto, uma coligação de atores sob os princípios da democracia participativa.

Adalberto Penha de Paula (2019), na tese *Relações entre educação do campo e o território: significados da escola da/na ilha para uma comunidade tradicional de Guaraqueçaba no litoral do Paraná*, afirma que a experiência da escola da/na ilha, *lócus* de sua pesquisa, evidencia uma simbiose entre escola, comunidade e território.

Isso porque, a educação é pensada a partir dessa configuração espacial, pensando-a em conjunto com a comunidade e classe trabalhadora local. O autor conclui que a educação deve valorizar a cultura local, pensando uma educação a partir desse território, e que, a escola da/na ilha possibilita a quebra na hegemonia da educação ministrada no campo, desvirtuada de sua geografia e de sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura realizada, constatou-se a lacuna no que se refere aos sujeitos das pesquisas encontradas, por prevalecerem os estudos com pesquisas bibliográficas e/ou documental, ou, ainda, pesquisas que não tiveram como protagonistas pais, alunos e professores. Embora se perceba a quantidade de 36% de pesquisas encontradas a partir das palavras-chave “educação rural e do campo”, conforme Quadro 2, esses textos não tinham

como *locus* de pesquisa comunidades rurais ribeirinhas, sendo o tipo de especificidade geográfica de nosso interesse de estudo.

Apenas um texto trata de transporte escolar rural, mas o contexto não é ribeirinho. Nesse sentido, esta tese se diferencia ao trazer para o rol dos estudos publicados sobre a temática da educação do campo uma pesquisa que tem como protagonistas os atores sociais: alunos, pais e professores de escolas rurais ribeirinhas. Esse achado (lacuna) foi crucial para que eu pudesse dar seguimento a produção do meu relatório de tese de doutoramento.

Ao analisarmos as pesquisas publicadas e selecionadas aqui, constatamos a necessidade de criação de políticas públicas educacionais que realmente sejam implementadas nessas localidades onde vivem as populações do campo. A leitura dos textos evidencia uma grande dissociação entre o que está posto nas políticas públicas e aquilo que realmente chega até essas populações do campo. De tal forma, que se seguem as desigualdades sociais, sobretudo as educacionais para os filhos e filhas das pessoas que se constituem e constituem as populações tradicionais.

A escola para as populações tradicionais requer outras pedagógicas, como salientado por Arroyo (2014). Não se pode presumir a existência de uma escola localizada em áreas rurais garanta a oferta de uma educação adequada, inclusiva e de qualidade. Muitas vezes, os professores, gestores e outros profissionais da educação são obrigados a trabalhar com recursos extremamente limitados, enfrentando escassez de materiais e infraestrutura.

Assim, em vez de se concentrarem no processo de ensino e aprendizagem, encontram-se preocupados com questões básicas, como a alimentação dos alunos, o transporte para a escola (quando não há transporte público fluvial ou terrestre disponível), a falta de acesso à internet, a ausência de computadores para planejamento de aulas, a carência de livros didáticos específicos para o contexto rural e a falta de literatura infantojuvenil que reflita as vivências locais, as histórias da comunidade e a identidade cultural regional.

Educar é mais que possibilitar ao aluno aprender que dois mais dois pode ser quatro, educar deveria ser mostrar ao aluno tudo que ele é capaz de fazer. Diante disso, espera-se que haja mais equilíbrio entre a oferta e o experienciado no cotidiano dos alunos das populações do campo.

REFERÊNCIAS

ACILINO, Antônio Clésio. 'Por uma Educação do Campo': um movimento popular de base política e pedagógica para a Educação do Campo no Brasil. Tese. Porto Alegre-RS:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação: 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26299>>. Acesso em: abril de 2020.

ALMEIDA, Luís Sérgio Castro de. Educação Inclusiva no campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas. **Tese (Doutorado em Educação)**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2018. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6502>>. Acesso em: abril de 2020.

ARROYO, M. G. _____. A educação básica e o movimento social do campo. In ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica (orgs). **Por uma educação do campo**. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. _____. (Org.). **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: Loyola: 1991. Coleção: Educação Popular, nº. 8.

ARROYO, M. G. Os educandos, seus direitos e o currículo. In MOREIRA, A. F. e ARROYO, M. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.49-81.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, Bernardo M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção: Por Uma Educação Básica do Campo, nº. 2.

ARROYO, Miguel G. Políticas Educacionais e Desigualdades: À Procura De Novos Significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPMfsj5pSxPx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 outubro de 2021.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada. **Tese (doutorado)**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101504>>. Acesso em: abril de 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

CAETANO, Renato Fernandes. NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES: Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO). **Tese (Doutorado em Antropologia Social)**, Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus-AM, 2022. Disponível em: <<https://www.ppgas.ufam.edu.br/teses.html>>. Acesso em: novembro de 2022.

COSTA, Ana Maria Raiol da. A experiência Educativa da casa familiar rural de Gurupá/PA. **Tese (Doutorado em Educação)**, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_89ed17a1cd589919b4bc5a87ada5c2b6>. Acesso em: abril de 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O nosso lugar virou parque**: estudo socioambiental do Saco de Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB, 1999.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, volume 22, nº 2. Jul. p. 5-20. 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4365>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo” (texto preparatório). In ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica (orgs). **Por uma educação do campo**. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FRANÇA, Damiana de Matos Costa. Políticas públicas de educação para a população do campo: uma análise do Pronacampo a partir da abordagem cognitiva. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/147790>>. Acesso em: abril de 2020.

FREITAS, Mari Ester de. Viver a tese é preciso! Reflexos sobre as aventuras e desventuras da vida acadêmica. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, volume 42, Nº 01. Jan-mar 2002, p. 88-93. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol42-num1-2002/viver-tese-preciso-reflexoes-sobre-aventuras-desventuras-vida-academica>>. Acesso em: 05 fevereiro de 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDSCHMIDT, Mirian Helena. Os limites das políticas públicas/estatais para o campo e a possibilidade de uma superação. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7678?show=full>>. Acesso em: abril de 2020.

GOULART, Fabiano de Moura. Educação e desenvolvimento rural: desafios e perspectivas para a educação em Minas Gerais, 2008-2015. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20979>>. Acesso em: abril de 2020.

HALL, Stuart. _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LIMA, Natamias Lopes de. Questões epistêmico-historiográficas sobre a educação do campo no Brasil. 2017. 189 f. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9513>>. Acesso em: abril de 2020.

LIMA, Rosilene de. Carneiro Leão e a educação rural brasileira: um projeto cultural, político e modernizador (1909-1963). **Tese** (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/singlefile.php?cid=152&lid=7776>. Acesso em: abril de 2020.

LOZANO, Daniele. A interface entre educação especial e educação do campo em uma escola municipal do interior paulista: um estudo de caso. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23052019-180118/publico/DANIELE_LOZANO_rev.pdf>. Acesso em: abril de 2020.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. Trabalho e desafios à educação do campo na Região Metropolitana de Curitiba. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2829194>. Acesso em: abril de 2020.

MIRANDA, Denise Rangel. Educação infantil em contextos rurais: perspectivas presentes na produção acadêmica da última década (2000-2010). **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10423>>. Acesso em: abril de 2020.

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9302>>. Acesso em: abril de 2020.

MUNARIM, Iracema. As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129546>>. Acesso em: abril de 2020.

NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos. Juventude e inclusão: representações sociais sobre a condição juvenil no campo. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/teseJoana.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.

NOZU, Whashington Cesar Shoiti. Educação Especial e Educação do Campo: entre porteiros marginais e fronteiras. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/Tese_Washington_FINAL_versao_depositada.pdf>. Acesso em: abril de 2020.

NOZU, Whashington Cesar Shoiti; RIBEIRO, E. A.; BRUNO, M. M. G. Interface entre Educação Especial e Educação do Campo: a produção científica em teses e dissertações. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 317–349, 2018. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3002>>. Acesso em: 15 maio 2022.

PAULA, Adalberto Penha de. Relações entre Educação do Campo e o território: significados da escola da/na ilha para uma comunidade tradicional de Guaraqueçaba no litoral do Paraná. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66573>>. Acesso em: abril de 2020.

PAULA, Rosana Aparecida da Cruz. Educação e contradição: disputas político-pedagógicas em torno da escola pública do campo. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1618>>. Acesso em: abril de 2020.

PELOSO, Franciele Clara. Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2362>>. Acesso em: abril de 2020.

PEREIRA, Ana Claudia da Silva. Custo-Aluno-Qualidade para escolas do campo da Amazônia tocantina direito ao acesso e permanência com padrão. **Tese** (Doutorado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11910>>. Acesso em: abril de 2020.

PERGHER, Calinca Jordania. Política de transporte escolar rural no Rio Grande do Sul: configuração de competências e de relações (inter)governamentais na oferta e no financiamento. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/94766>>. Acesso em: abril de 2020.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

ROCHA, Eliene Novaes. Das práticas educativas às políticas públicas: tramas e artimanhas pela educação do campo. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília: 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14084/1/2013_ElieneNovaesRocha.pdf>. Acesso em: abril de 2020.

ROSSI, Rafael. Educação popular e educação do campo: análise a partir do programa nacional de educação da reforma agrária no curso “pedagogia da terra” em São Carlos – SP. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/132177>>. Acesso em: abril de 2020.

SEGANFREDO, Kátia Aparecida. Comitê estadual da Educação do Campo: a materialização da luta política no âmbito da Educação do Campo no Paraná. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_039bec2fd043bae582f49738ac80b294>. Acesso em: abril de 2020.

SILVA, Maria Aparecida Nascimento da. Currículo da escola ribeirinha na Amazônia e a produção da identidade cultural dos docentes e alunos das classes multisseriadas do ensino fundamental. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_6c4bed7e28cb61be8af2a083baa603ee>. Acesso em: abril de 2020.

SILVA, Maria das Graças S. N. **Espaço Ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SOUZA, Marinaldo Fernando de. Além da Escola: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos-SP. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/137958>>. Acesso em: abril de 2020.

SPADA, Ana Corina Machado. Tensões e contradições do processo de construção das diretrizes para a política pública de educação infantil do campo. **Tese** (Doutorado em

Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20749>>. Acesso em: abril de 2020.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TAVARES, Maria Trindade dos Santos. Da educação rural à educação do campo no Amazonas: rupturas e permanências. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6920>>. Acesso em: abril de 2020.

UZÊDA, Leomárcia Caffé de Oliveira. O que você descobriu sobre a gente? A escola de Educação Infantil do campo a partir do olhar das crianças. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador-Bahia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23970>>. Acesso em: abril de 2020.

VALDANHA NETO, Diógenes. Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre. 2019. 216f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27052019-145907/fr.php>>. Acesso em: 27 março de 2021.

VALDANHA NETO, Diógenes. Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27052019-145907/en.php>>. Acesso em: abril de 2020.

VALDANHA NETO, Diógenes. Os filhos do Lago do Cuniã: educação escolar em uma Reserva Extrativista da Amazônia. **Dissertação** (Mestrado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/116053>>. Acesso em: 27 março de 2021.

VASCONCELOS, Maria Eliane. Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10913>>. Acesso em: abril de 2020.

XIMENES, Jedson Machado. Pronera em Roraima: para além da regulação social. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1510>>. Acesso em: abril de 2020.